



Sindsep/MA realiza reunião de Aposentados e Pensionistas e discute o Femicídio

Atualmente é cada vez perceptível o crescimento de homicídios contra a mulher, o que agora é tipificado como Femicídio.

Essa nomenclatura para um crime tão covarde veio através de intensas lutas de grupos que defendem os direitos das mulheres.



É necessário que a sociedade fique cada vez mais sensível às violências sofridas pelas mulheres, e que acabam desembocando no extremo da retirada da vida com a vil desculpa de “amar demais”.

Com vistas nesse contexto, o Sindsep/MA abriu discussões na última sexta-feira, 30, sobre o tema.

Na oportunidade a palestrante Viviana Paner, comentou sobre as agressões domésticas, psicológicas e outras, que acabam solidificando o ato extremo que leva ao Femicídio.

Comentou sobre a necessi-

dade de denunciar os agressores, e da nova legislação que indicia mesmo sem o desejo da prestação de queija pela pessoa agredida.

Comentou sobre a Lei Maria da Penha, seus artigos e funcionalidade perante ao combate à violência contra a mulher.

O evento foi realizado pela Secretaria de Aposentados e Pensionistas, acontece sempre na última sexta-feira de cada mês, e já faz parte do calendário de atividades do sindicato.

Durante o tempo de realização do Encontro Mensal de Aposentados e Pensionistas, muitas atividades foram propostas e desenvolvidas, sempre focadas em temas voltados para a terceira idade.



A aprovação da categoria é a melhor possível, pois os eventos sempre são bastante concorridos com a presença maciça dos

associados.





A pedra da traição

autor desconhecido

Um homem condenado à morte ia ser apedrejado. Os carrascos lhe jogaram grandes pedras.

O réu suportou o terrível castigo em silêncio, nenhum grito! Na sua condição, compreendia que a desgraça havia caído sobre ele e que seus gritos de nada serviriam.

Passou por ali um homem que havia sido seu grande amigo. Pegou uma pequenina pedra e atirou na direção do condenado... Somente para demonstrar que não era do seu partido, e assim, não ser julgado injustamente também!

O pobre condenado, atingido pela diminuta pedra, atirada por seu

amigo, deu um grito estridente!!!

O rei, que a tudo assistia, ordenou que um de seus lacaios perguntasse ao réu porque ele gritara quando atingido pela pequena pedra, depois de haver suportado enormes pedras de tantas outras pessoas..."

O condenado respondeu: "As pedras grandes foram atiradas por homens que não me conhecem, que não sabem das minhas lutas, da minha história, dos meus caminhos e do meu caráter, por isso me calei!

Mas, a pequenina pedra foi jogada por um homem que foi meu companheiro, meu amigo, meu confidente! Por isso gritei!!!

Lembrei de sua amizade nos tempos de minha felicidade. E agora vi sua felicidade quando me encontro na desgraça.

O rei compadeceu-se e ordenou que o pusessem em liberdade, dizendo que mais culpado do que ele, era aquele que abandonava o amigo naquela hora em que ele mais precisava!"

A lenda nos dá a nota de quanto dói a ingratidão de um amigo. Quanto mais estimamos e confiamos em alguém, maior dor nos causará sua traição!

Pense nisso e viva melhor!

Falta de orçamento é resposta padrão do governo para adiar demandas

Mais uma reunião no Ministério da Economia que aconteceu na semana passada, terminou sem que soluções fossem dadas pelo governo não apenas para demandas que envolvem orçamento, mas também para aquelas que não necessitam de verba imediata. A Condsef/Fenadsef levou a preocupação ao coordenador-geral de Negociação Sindical no Serviço Público, José Borges de Carvalho. Um dos destaques foi dado ao adicional de insalubridade que segue com pagamento suspenso.

O governo informou que a decisão foi tomada, pois descobriu que servidores estavam recebendo de modo irregular. A Condsef/Fenadsef questionou o método, já que a suspensão afeta todos e a falta de profissionais para emitir laudos que reautorizam o pagamento está prolongando o problema e provocando diversas ações judiciais. A Conjuntura do Ministério da Economia estaria cuidando da situação. A Confederação questionou o método adotado pelo governo que antes de cortar o direito deveria ter providenciado os laudos e aí sim verificar quem tem direito ou não ao adicional de insalubridade.

Segundo informou o governo, a contratação de profissionais para realizarem os laudos foi autorizada, no entanto, não há dinheiro. Disse ainda que aqueles servidores com laudos positivos

para insalubridade receberão retroativo o pagamento do adicional suspenso. A Condsef/Fenadsef sugeriu que fosse avaliada possibilidade de utilização de servidores médicos e engenheiros, como por exemplo da Fundacentro, que possam ser disponibilizados para realizar essa tarefa já que a maioria dos ministérios não tem profissionais para realização dos laudos.

Contagem de tempo especial

Um outro problema que vem com essa situação é que muitos servidores que têm direito a contagem de tempo especial para aposentadoria e poderiam utilizar esse tempo para requerer seu pedido estão com processos suspensos. O governo pediu novamente a documentação e se comprometeu a analisar e dar um retorno breve para a questão. Mas a Condsef/Fenadsef também orientou suas filiadas nesses casos que entrem na Justiça em favor dos servidores que estiverem prejudicados pela situação.

Ainda entre as demandas dos servidores da Saúde, a Condsef/Fenadsef solicitou uma reunião conjunta com os ministérios da Saúde e Economia para negociar modificações da lei da Gacem. A Confederação já protocolou junto ao governo minuta com propostas da categoria.

Reajustes e plano de saúde

Entre temas que abrangem toda a base da Condsef/Fenadsef o debate sobre congelamento salarial foi pauta. A maioria dos servidores do Executivo está sem sequer reposição salarial há mais de dois anos. O Ministério da Economia foi taxativo ao reafirmar que não há espaço para negociação de reajuste salarial ou qualquer incremento que acarrete impacto no orçamento de modo geral. Vale mencionar que esse obstáculo não deve se aplicar a servidores militares.

A Condsef/Fenadsef também solicitou que o governo oficialize uma resposta à proposta de reajuste da contrapartida nos planos de autogestão, como Geap, Capsaúde e outros. Entidades ligadas ao Fonasefe, incluindo a Confederação, apresentaram proposta de tabela protocolada nos ministérios da Saúde e da Economia. Foi solicitada uma reunião com representantes do Fórum para tratar essa e outras questões.

Aposentados

Depois da publicação do Decreto 9498, que centraliza servidores aposentados no Ministério da Economia, a Condsef/Fenadsef solicitou que o governo enviasse um quadro, por estado, de onde o servidor deverá se dirigir para tratar questões funcionais. De acordo com o governo, haverá em cada estado um setor do Ministério da Economia que vai atender servidores aposentados. Foi reforçado então o pedido para que o governo divulgue essa lista por locais.